
Fatores associados à permanência e ao êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes

Factors associated with the permanence and success of students in the subsequent/concomitant technical courses

Heloisia Carneiro de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8173-875X>
Instituto Federal Goiano Campus Ceres ProfEPT, Brasil
E-mail: heloisia2011@hotmail.com

Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1587-0597>
Instituto Federal Goiano Campus Ceres ProfEPT, Brasil
E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br

Marcos de Moraes Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0901-0550>
Universidade Federal de Goiás PPGADM-UFG; Instituto Federal Goiano Campus Ceres ProfEPT, Brasil
E-mail: marcos.moraes@ifgoiano.edu.br

RESUMO

A permanência e o êxito dos estudantes são garantidos pela constituição, mas há alguns fatores associados que os levam a não conseguir nem permanecer, muito menos ter êxito nos cursos. Este artigo tem por objetivo avaliar os fatores associados à permanência dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes. A metodologia segue os aportes da pesquisa exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa, com aspectos quantitativos. Os dados coletados no Instituto Federal Goiano foram organizados, categorizados e, em seguida, analisados por meio da representação de valores, com mais frequência, a moda. Tendo como referência os dados coletados, foi utilizada uma análise descritiva das informações coletadas por meio de questionários. Como resultados, estão a assistência estudantil, o gênero do estudante e as motivações dos professores, que influenciam a permanência do estudante do curso técnico subsequente/concomitante.

Palavras-chave: Administração escolar; Educação profissional e tecnológica; Permanência; Êxito

ABSTRACT

The permanence and success of students are guaranteed by the constitution, but there are some associated factors that lead them to neither stay nor be successful in their courses. This article aims to evaluate the factors associated with the permanence of students in subsequent/competing technical courses. The methodology follows the contributions of exploratory research, through a qualitative approach, with quantitative aspects. The data collected at the Goiano Federal Institute were organized, categorized, and then analyzed through the representation of values, most frequently the mode. With reference to the data collected, a descriptive analysis of the information collected through the questionnaires was used. As results, there are the student assistance, the student's gender and the teachers' motivations, which influence the permanence of the student of the subsequent/concomitant technical course.

Keywords: School administration; Professional and technological education; Permanence; Success

INTRODUÇÃO

No texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consta a importância da permanência do estudante nos estudos. O art. 206 estabelece que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]”. Assim, essa forma de compreender o mundo e o ser humano evidencia uma nova concepção de educação, que haja liberdade de aprender com uma formação integral. Dessa forma, o cidadão se torna um indivíduo que exerce seus direitos e deveres e participa ativamente na sociedade. O acesso e a permanência são desafios que os sistemas de ensino no Brasil e os estudantes precisam vencer para conseguir êxito no curso escolhido (RIBEIRO, 2020). Pois não é suficiente somente entrar no curso pretendido, é primordial obter garantias por meio de ações ou políticas públicas que favoreçam sua permanência no curso até a conclusão.

Assim, ela caminha simultaneamente à evasão, pois pensar em permanência implica considerar as condições e fruições das oportunidades de serem vivenciadas. Além disso, a discussão sobre permanência está historicamente ligada à discussão sobre desigualdade de classes, pois há razões que têm apontado como fundamento a desigualdade de classes neste processo. pesquisas sobre permanência têm acompanhado os estudos sobre evasão e são assimiladas como inseparáveis (COELHO, 2002; FAVERO e FRANCO, 2006; SCREMIN, 2008).

Essa forma de curso se justifica pelo fato de haver muitos jovens e adultos que concluíram o Ensino Médio propedêutico de baixa qualidade e que não vão para o Ensino Superior por não terem condições financeiras (MOURA, 2010). Por essa distorção, que é fruto da incapacidade do Estado brasileiro de garantir Educação Básica com qualidade para todos, os cursos técnicos subsequentes podem contribuir para melhorar as condições de inserção social, pois esses cursos são ofertados exclusivamente a quem já tenha finalizado o Ensino Médio. Em seguida à conclusão, o aluno receberá um diploma de profissionalização em nível técnico. Essa formação é excelente para pessoas que visam a entrar em seguida no mercado de trabalho e já têm uma ideia estabelecida sobre a área em que pretende atuar.

O técnico subsequente por muito tempo foi conhecido como “técnico especial” por ser denominado uma modalidade distinta da que era regularmente ofertada em conjunto com o ensino médio e que, portanto, não incorria no problema de ofertar um curso profissionalizante de alto custo no nível integrado, quando grande parte dos alunos

está interessada unicamente nos vestibulares (CASTRO, 1997, p.11). A história do Curso Técnico Subsequente como existe hoje é relativamente recente no Brasil, pois foi iniciado a partir da meados da década de 1990 com os ensinos técnicos especiais, criados pelo sistema S para preparar o trabalhador após o término do ensino médio (SILVA, 2016). Portanto, até então, os cursos técnicos não eram de fato subsequentes, eram abertos para pessoas com qualquer nível de escolaridade. Contudo, essa pesquisa tem o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: quais os fatores associados à permanência dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal Goiano - IF Goiano.

Assim, buscando contribuir com a discussão dessa problemática, o objetivo desta pesquisa é avaliar os fatores associados à permanência dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes no IF Goiano, e como objetivos específicos, identificar os principais fatores que auxiliam a permanência dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes do IF Goiano.

PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

A Constituição Federal Brasileira afirma que todos têm o direito de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, ou seja, ingresso na escola sucedido por sucesso escolar (SILVA e MARQUES, 2013). Com a mesma defesa, para Brzezinski (2013), a educação é um direito social, implica a universalização do acesso, mas também a garantia da permanência bem-sucedida para seu público estudantil em todas as etapas e modalidades escolares.

Segundo Vasconcellos (2002), é essencial o conhecimento da realidade do aluno com o intuito de subsidiar o processo de planejamento numa perspectiva dialética. Com efeito, torna-se necessário conhecer quem é o aluno protagonista do ambiente educacional em que está inserido e, para isso, é preciso conhecê-lo em suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento (psicomotor, socioafetivo e cognitivo), significações e experiências anteriores, sem rótulos e preconceitos para, assim, aumentar as chances de um planejamento bem-sucedido. De acordo com Stănică (2019), a educação é percebida como uma função vital da sociedade, e a escola, como a principal instituição de sustentação da sociedade. Por esse motivo, a escola é um fator chave no desenvolvimento.

Na escola, aprende-se a viver numa organização que se constrói por meio da aprendizagem do ofício do aluno, adaptado à vida nas sociedades modernas (PERRENOUD, 1995). Para Bourdieu e Passeron (2012), o destino escolar é de origem social, tanto no que se refere ao encadeamento das escolhas profissionais quanto às oportunidades de êxito ou de eliminação. Segundo Dore (2011), e o acesso e a permanência do aluno na escola são uma dimensão da democratização da educação.

Sobre o êxito dos alunos nos estudos, Dias e Folgado (2019) sinalizam que a identificação de fatores que dificultam a permanência do estudante-trabalhador no curso é essencial para serem desenvolvidas estratégias didático-pedagógicas e administrativas eficientes. Por sua vez, sobre a temática, Stolf (2014) argumenta que a assistência estudantil é um campo em disputa, visto que, por um lado, há defesa de auxílios para estudantes em situação socioeconômica vulnerável e, por outro, há luta do movimento estudantil em busca de políticas de permanência de caráter universal. Para Teixeira (2016), a assistência estudantil deve ser vista não apenas como um investimento por parte do Estado, mas como uma necessidade para que as instituições consigam desenvolver ações de enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência nas instituições de ensino. Em função desse diálogo entre os autores, foram formuladas quatro proposições.

Proposição 1. Um dos fatores que influenciam a permanência do estudante do curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano é a assistência estudantil.

No entanto, segundo Abreu (2012), com referenciais críticos dos estudos de Castel (2009), Mészáros (2007) e Frigotto (2010), o papel delegado à assistência estudantil acaba sendo visto como uma questão de investimento e financeirização da educação. Nesse sentido, Abreu (2012, p.100) segue argumentando que quanto mais tempo o estudante permanecer na instituição, maior o gasto do Estado. “Se ele evade é um investimento perdido. À assistência estudantil caberia aperfeiçoar o período de permanência de forma que esse aluno tivesse o menor custo possível para o Estado”. Por sua vez, Noro (2011) explica que as políticas de assistência estudantil, formação de professores e escolas com infraestrutura qualificada são fundamentais na garantia da permanência dos estudantes, assim como as relações familiares e de amizade também determinam o sucesso escolar.

Segundo Santiviago *et al.* (2017), pode-se dizer que, para democratizar os estudos, não basta promover políticas de acesso, são necessárias políticas de apoio à permanência e êxito. De acordo com Stolf (2014), a ideia da assistência estudantil tem como objetivo a inclusão social de estudantes vulneráveis socioeconomicamente na educação. Para ela, as políticas de permanência são um campo em disputa, havendo, por um lado, a defesa de bolsas para estudantes socioeconomicamente vulneráveis, por outro lado, a luta do movimento estudantil em busca de uma assistência universal. Neste embate, a assistência é evidenciada como iniciativa de inclusão social.

De acordo com Ferreira (2012), a procura pela escolaridade cresceu nos últimos anos em decorrência do aumento da oferta do ensino fundamental, adicionado pelas exigências do mercado de trabalho. Assim, o trabalho acaba retirando o indivíduo da escola e vários são os fatores que contribuem para isso, incluindo a precariedade física e tecnológica das escolas, professores desmotivados e insatisfeitos com as condições precárias de trabalho, um currículo estático e instrumentalista, ausência da cultura e da participação da juventude nos rumos da sociedade e da escola e crise do papel da escola como formadora para um emprego que se torna escasso, entre outras razões.

A autora Reis e Tenório (2009) articula suas afirmações com a noção de transformação, relacionando-a às trocas humanas de caráter simbólico, apontando que, de modo geral, pode-se dizer que a permanência é, ou seja, a transformação e duração, pois é o ato de durar no tempo, mas sob outro modo de existência. Assim, a permanência traz, portanto, uma concepção de tempo, que é cronológica, e outra, que é a de um espaço

simbólico. Porém a permanência na escola representa não só a constância do indivíduo frente à sua formação, como também a possibilidade de transformação da existência. A permanência deve ter caráter de existir em constante fazer, portanto, ser sempre uma transformação, pois permanecer é estar e ser contínuo no fluxo do tempo, transformado pelo diálogo e pelas trocas necessárias, construtoras da própria existência.

Araújo (2010) toca em ponto essencial deste debate, que é a questão das políticas de permanência na escola, pois se o Estado é o responsável por assegurar à população o conjunto dos direitos sociais, especificamente, o direito à educação, a forma como distribui recursos tributários tem implicações diretas na implantação das políticas de ampliação do acesso, da permanência e da qualidade na escola, que constituem o direito à educação. Além disso, o direito à educação, como direito público subjetivo, obriga a interferência do Estado na diminuição das desigualdades sociais existentes na sociedade para que o direito se efetive de fato. Assim sendo, a propagação desse direito e a universalização da educação escolar de qualidade trazem à tona aspectos da cidadania que são exigências do direito à educação, sendo também um dos constituintes do processo democrático em curso no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, a chamada constituição cidadã, no campo da legislação dos direitos civis e sociais, necessita propor políticas que estejam de acordo com esses princípios. Destaca-se que, conforme a letra dessa constituição, o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil é a promoção do bem-estar a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, ainda, em seu Art. 205, o qual promulga que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e no Art. 206, que determina alguns princípios para o ensino, destacando-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Quando o termo gênero é empregado, é por se tratar de relações de poder entre homens e mulheres, fazendo referência a um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina. Gênero não significa o mesmo que sexo, pois enquanto este se refere à identidade biológica de uma pessoa, aquele está ligado à sua constituição social como sujeito masculino e feminino. Assim, não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas os processos de formação de sujeitos femininos e masculinos (LOURO, 1997).

Segundo Scott *et al.* (1995), evidentemente que, para compreender as particularidades do ser homem e do ser mulher, é necessário analisar as relações sociais de gênero, as quais têm suas dimensões, sendo o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, que são baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Para Moraes (2000), a diferença biológica é natural, mas não há desigualdades.

Segundo Santos (2001), temos direitos de ser iguais e diferentes, a princípio, a partir dessa concepção multicultural de direitos humanos que auxiliam no enfrentamento das práticas discriminatórias. Essas relações de gênero e de sexualidade, incluídas no currículo da escola, são fundamentais, pois são conhecimentos que contribuem para a promoção da igualdade de condições de acesso e permanência dos diferentes sujeitos que promovem o respeito à diversidade cultural.

Proposição 2. O gênero do estudante influencia na sua permanência no curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano.

De acordo com o PDI (2018), o IF Goiano institucionalmente mantém a necessidade de assegurar acesso e permanência de estudantes provenientes de grupos vulneráveis, bem como o bem-estar de técnicos administrativos em educação e docentes pertencentes a diferentes grupos socialmente discriminados. Neste sentido, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS) faz parte das diferentes ações que visam a aprimorar o processo de ensino e fornecer suporte aos discentes durante seu percurso formativo. Assim, ao intervir nesse processo, a instituição está desenvolvendo meios de favorecer a permanência e o êxito dos discentes, contemplando sua diversidade, promovendo a equidade de gênero e as ações internas de valorização e respeito às diversidades de gênero e sexual no IF Goiano, garantindo Educação e os direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais - LGBTTI.

Em suma, os fatores que auxiliam na permanência dos estudantes são os fatores internos políticas de apoio, formação de professores e escolas com infraestrutura qualificada, entretanto os fatores externos têm toda uma relação com o trabalho, familiares e com a amizade, ou seja, uma relação social. Com respaldo no diálogo dos autores mencionados acima, há toda uma ligação entre os fatores, sendo eles, com toda uma distinção, que levam os estudantes a perceber a importância dos estudos. No próximo

tópico, retrataremos a EPT e os cursos técnicos subsequentes/concomitantes com sua trajetória de decretos e leis.

A EPT E OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES/CONCOMITANTES

A formação técnica, como mencionada anteriormente, foi iniciada no Brasil pelo presidente Nilo Peçanha, visando a uma formação para a classe trabalhadora, não voltada propriamente para aqueles que já haviam concluído a educação básica especificamente, mas voltada para capacitar a população para o mercado de trabalho, independentemente do nível de escolaridade (Decreto nº 7.566, 1909). Segundo Moura (2007), historicamente há uma dualidade entre ensino profissional e educação básica, sendo a educação de caráter técnico e instrumental destinada aos filhos da classe trabalhadora, e a educação básica de caráter propedêutico, destinada aos filhos da elite.

Frigotto *et al.* (2005), Frigotto (2007) e Moura (2007) destacam que a Educação Profissional Tecnológica (EPT) surge como uma proposta de romper com o pensamento dualista que preconiza uma escola para elite e outra para classe trabalhadora. O desafio da EPT nesse cenário é enorme, pois precisa oportunizar aos jovens uma proposta de currículo integrado e ações pedagógicas que oportunizem uma leitura tal que essa análise tenha uma dupla função que disponha a base para uma cidadania real que lhe permita uma leitura da realidade e atuar de maneira crítica no mundo.

Os cursos técnicos têm grande procura. Segundo a Plataforma Nilo Peçanha-PNP (2023), as matrículas dos cursos técnicos correspondem a 53,1% das matrículas da Rede Federal, o que totaliza 528.616,43, e atendem aos interesses dos jovens que pretendem buscar uma formação para entrar no mercado de trabalho. Esse tipo de curso não é considerado superior, mas auxilia os jovens a adquirir um conhecimento profissional técnico. Por isso, existem três modalidades de cursos técnicos: Integrado, Subsequente e Concomitante. As formas concomitantes e subsequentes, frequentemente em módulos fragmentados, se aproximaram mais da capacitação focada no mercado de trabalho, em detrimento de uma educação humanista e reflexiva (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano (PDI, 2018), cada um dos cursos tem duração média de um ano e meio a dois anos. Os requisitos de acesso para o ingresso nesses cursos são mínimos. Durante o período, os jovens têm acesso à parte teórica e prática, além disso, também fazem estágios para concluir a formação e ter uma profissão. Atualmente, existem cursos técnicos em quase todas as

áreas de interesse, incluindo saúde, economia, comunicação, tecnologia, engenharias e muitos outros. Um diferencial no campus *locus* dessa pesquisa é a oferta de residências estudantis para discentes, técnicos e de graduação, além de restaurante estudantil para todo o público acadêmico. Outrossim, é garantida, a todos os estudantes, assistência à saúde, com equipe multiprofissional formada por enfermeira, médico, odontóloga e psicóloga (PDI, 2018).

Para cursar o técnico subsequente, o jovem precisa concluir o ensino médio, havendo inúmeras formas de ingressar nos cursos de nível técnico, podendo o acesso variar de acordo com cada instituição de ensino escolhida. Os interessados geralmente são selecionados por meio de processos seletivos, podendo ser avaliados por aplicação de provas, análise do histórico escolar e ainda por notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com o documento base (TCU, 2013), as principais instituições que ofertam são os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), além disso, os cursos são gratuitos. Os cursos técnicos oferecidos por instituições públicas de ensino têm reserva de vagas destinadas às políticas de ações afirmativas. As reservas de vagas variam conforme a instituição escolhida. As instituições de ensino federais costumam reservar vagas para os candidatos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Os Institutos Federais desempenham função social e inclusiva relevante no acolhimento e inclusão de alunos de diferentes contextos, em uma abordagem alinhada ao princípio educativo do trabalho e à formação omnilateral (GALASSO e SANTOS, 2021). O Curso Técnico Subsequente foi iniciado a partir de meados da década de 1990 com ensinos técnicos especiais, criados pelo sistema S para capacitar o trabalhador após a conclusão do ensino médio. Até então, essa modalidade não pertencia de fato a subsequentes, estes cursos estavam abertos a pessoas com qualquer nível de escolaridade. Segundo Ramos (2014), o Sistema S originou-se com o Ministro da Educação Gustavo Capanema, que, criou, pelo Decreto-Lei nº. 4.048/1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Manfredi (2002) destaca que a gestão do Sistema S é privada, mas uma parte expressiva do financiamento é pública. Os recursos são provenientes de contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de pagamento de empresas de determinados setores econômicos, que são arrecadados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sendo repassados ao departamento de cada instituição desse sistema.

A partir desse momento, houve uma transição de uma educação profissional mais integrada para uma educação de ensino médio, como ocorria até a década de 1980, para, na década de 1990, uma educação profissional de nível médio, em que se separava a parte propedêutica da parte profissional, ou seja, buscava-se romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua completude (RAMOS, 2014).

Assim o ensino técnico, de acordo com a visão histórica da época, era frequentado por jovens que de fato não tinham interesse em seguir a carreira técnica, mas estavam nessas instituições simplesmente para obter um diploma de nível médio e seguir para a faculdade (MENDES, 2003).

Assim sendo, os cursos técnicos subsequentes são uma opção para aqueles que, mesmo diante das ofertas do ambiente educacional brasileiro de nível superior, não conseguiram se incluir nesse sistema (MENDES, 2003), assim, a expansão do ensino médio foi uma condição necessária, por meio da criação dos cursos técnicos, mas sem a perspectiva do ensino superior.

As modalidades ofertadas são amparadas por uma legislação específica que direciona as ações e as orientações do Decreto 2.208/97, que determinou que o ensino técnico subsequente fosse capaz de proporcionar habilitação profissional aos jovens matriculados ou egressos de ensino médio. Os planos de curso determinam que o ingresso se dará semestralmente por meio de um processo seletivo constante em edital, destinado a quem estiver cursando pelo menos a 3ª série do Ensino Médio. De acordo com Ramos (2014), a reforma da educação que ocorreu com esse decreto foi alvo de críticas e suposta elitização da formação profissional de nível médio. Uma vez estabelecido para receber o Diploma de Técnico, o estudante deverá comprovar que havia concluído os estudos do Ensino Médio.

Mais adiante, o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 revoga o anterior e regulamenta todo o ensino profissional de nível médio. Obrigatoriamente, para ingressar nos cursos técnicos na modalidade subsequente, o jovem deverá ter concluído o Ensino Médio. As competências e habilidades exigidas serão aquelas previstas para o Ensino Médio nas três áreas do conhecimento: Códigos, Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias (Zukowski, 2013). Pode -se estabelecer uma comparação entre estes dois Decretos (Figura 1).

Figura 1.

Análise comparativa entre o Decreto nº 2.208/1997 e o Decreto nº 5.154/2004

Decreto nº 2.208/1997	Decreto nº 5.154/2004
A Educação Profissional foi organizada em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico (Art. 3º).	A Educação Profissional foi definida para ser desenvolvida por meio de Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, EPTNM e Educação Profissional e Tecnológica, de Graduação e de Pós-Graduação (Art. 1º).
A Educação Profissional de Nível Técnico foi estruturada com organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a esse nível de ensino (Art. 5º).	A EPTNM foi determinada para ser desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, devendo ocorrer na modalidade integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio (Art.4º).
Foi estabelecido um limite e 25% do total da carga horária mínima do Ensino Médio para o aproveitamento no currículo da habilitação profissional (Art. 5º).	Não foi previsto limite para o aproveitamento da carga horária do Ensino Médio para a Educação Profissional.

Nota. Fonte: Caires e Oliveira, M. (2016, p.141).

Conclui-se que, com as novas tendências na sociedade e no mundo do trabalho, é necessário que a educação esteja em constante atualização de modo a efetivamente contribuir para a formação profissional e humana do educando. Nesta perspectiva, é necessária uma compreensão mais abrangente dos aspectos que caracterizam o diferencial entre mercado de trabalho e mundo do trabalho. No próximo tópico, abordaremos a EPT e a permanência nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes.

A EPT e a permanência nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes

A EPT constitui-se em num espaço fundamental para os projetos de formação humana integral, bem como na construção dos caminhos com vistas ao desenvolvimento regional. No entanto, ela deve ir além da compreensão de uma educação como mera

instrumentalização de pessoas para o mercado de trabalho, quando impõe suas diretrizes. Em vista disso, é lícito situá-la como potencializadora de uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma atividade integrativa com o desenvolvimento regional (Brasil/ME/SETEC, 2008).

Assim, a EPT ganhou o reconhecimento de que dentro dela se estabelecia uma ideia de forças entre os setores que sempre a tomaram um membro a favor da acumulação do capital e um movimento interno que vislumbrava no trabalho educativo um importante instrumento de política social, visando à diminuição das desigualdades regionais. Para Brasil/ME/SETEC (2008) e Pacheco *et al.* (2010), os IFs respondem à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública e social. Os institutos assumem o papel de agentes colaboradores na construção das políticas públicas para a sua região, estabelecendo uma ligação junto ao poder público e as comunidades locais.

Diante do exposto e aproximando este debate do tema desta pesquisa, a evasão pode ter relação com os mais diversos fatores, entre eles, a necessidade de trabalhar e de conseguir estudar, que faz com que os estudantes desistam da escola e optem apenas pelo trabalho. Como bem sintetiza Almeida (2019, p.124.), a relação do trabalhador estudante com a evasão, muitas vezes, é definida pela “impossibilidade de conciliar trabalho e estudo”.

Proposição 3. Os estudantes que não trabalham têm mais chances de permanecer nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes.

Dentro desse contexto, Almeida (2019) complementa que a natureza com que os cursos subsequentes/concomitantes foram construídos, ao longo da história, carrega a chancela de serem constituídos por trabalhadores estudantes. E diz ainda que se trata de uma especificidade simbólica, ou seja, antes de serem estudantes, são trabalhadores, marcados pelas experiências do mundo do trabalho, bem como pelas inseguranças e incertezas próprias do mercado de trabalho. Além disso, a realidade dos Cursos Técnicos Subsequentes/Concomitantes é atravessada pela oferta destinada a um público específico que, ao longo de sua trajetória, apresentou inúmeras dificuldades de concluir a Educação Básica e que, quando isso aconteceu, foi de forma muito precária. Ciavatta (2005) sugere superar o ser humano dividido pela divisão social do trabalho, pois uma formação integral tem o objetivo de tornar esse sujeito apto a atuar na sociedade como cidadão, com capacidade de ter um pensamento crítico, transformando, assim, a si mesmo e a sociedade onde está inserido.

Almeida e Maraschin (2020) destacam que os Cursos Técnicos Subsequentes promovem, para além da técnica, regras e normas. Trata-se de um movimento de dentro para fora, de um olhar para si, para a segurança do trabalho, para a saúde física e mental. De acordo com Akgunduz, (2016), criatividade, inovação, resolução de problemas, pensamento crítico, carreira e habilidades para a vida, iniciativa, flexibilidade e habilidades sociais e culturais são as habilidades que os alunos devem ter adquirido em sua formação.

De acordo com Saviani (2007), esses cursos têm uma relação com o trabalho, com o objetivo de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, além de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, não o mero adestramento em técnicas produtivas. Assim, na educação profissional, em que se situam os cursos subsequentes/concomitantes, além do caráter ontológico do trabalho, é necessário levar em conta seu sentido histórico, ou seja, propiciar a compreensão sobre como se estrutura a produção na atualidade, que tipo de relações e profissões isso gera e que habilidades e conhecimentos são necessários para o desempenho de determinada profissão.

Essa é a situação em que está a educação profissional no Brasil. Araújo, R. (2019) diz que o jovem que conclui o ensino médio, por vezes, pensa na possibilidade de chegar o mais breve possível a uma formação profissional. Essa aligeiração toda, segundo Kuenzer (2002), é resultado de um processo de inclusão excludente, em que, para o indivíduo trabalhar, ele precisa de um certificado, ou seja, “uma certificação vazia” ou até mesmo “empurroterapia”, substituição da escolarização básica por cursos aligeirados com suposição de empregabilidade. Assim, pontua-se que o curso técnico pode ser esse caminho, pois a renovação das profissões acontece no mercado de trabalho, aliado às incertezas sociais e econômicas, assim, pode lhes trazer uma grande instabilidade, pois o contexto laboral presente exige constante qualificação técnica.

Em pesquisa feita por Silveira (2017), foi possível analisar que a permanência e o êxito estão vinculados à aprendizagem como uma construção entre professor e estudante, a socialização e, também, a conclusão da formação no tempo esperado. As análises dessa autora são muito importantes quando se discute sobre as temáticas de permanência, e nesta oportunidade, surge a importância da relação entre estudante e professor. Acima de tudo, essa relação professor/estudante é um dos fatores associados à permanência desses estudantes. Para Bourdieu (2007):

ainda que o êxito escolar, diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar, desempenhe um papel na escolha da orientação, parece que o determinante principal do progresso dos estudos seja a atitude da família a respeito da escola, ela mesma, função, como se viu, das esperanças objetivas de êxito escolar encontradas em cada categoria social (p.50).

Luscher e Dore (2011) agregam que a decisão de permanecer na escola também é reflexo de uma boa rede de relacionamento com colegas e professores, ou seja, quanto maior o envolvimento social e acadêmico do estudante, maiores as chances de permanecer na escola até a conclusão do seu nível de ensino. Santiviago (2018) estipula que a participação no campo educacional envolve o aluno no seu próprio processo formativo, entendido como aquele que engloba as esferas acadêmica, vinculativa e social no âmbito da instituição, na qual está inserido. O autor afirma que o ensino ativo deve constituir o suporte de estratégias de apoio, e é precisamente nestas duas dimensões que devem incidir as estruturas de suporte, reforçando-as e articulando-as. Dado o exposto, propõe-se testar a quarta proposição de pesquisa.

Proposição 4. As motivações dos professores influenciam a permanência do estudante do curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano.

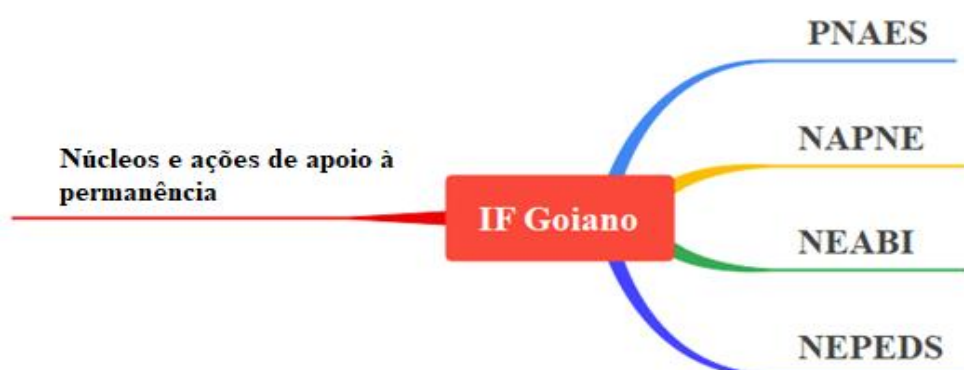
Nesse sentido, já existem resoluções que buscam assegurar um processo de ensino e aprendizagem a fim de facilitar a permanência do aluno na rede de ensino profissional. Assis (2017) cita uma resolução que vem defendendo justamente com a permanência e o êxito estudantil. A Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação - CNE, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Art. 39, dispõe acerca da formulação e do desenvolvimento de uma política pública que venha desencadear uma avaliação desse segmento no sentido de promover uma melhoria da qualidade pedagógica e uma efetividade social, com destaque ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção socioprofissional do estudante no mercado de trabalho. Pelas reflexões da referida autora, para atuar de forma que os desiguais tenham igualdade de condições e permaneçam na educação formal, é necessário oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo esse o primeiro princípio a ser considerado em relação ao ensino, conforme preveem o Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o Art. 3º da Lei nº 9.394/1996. Diante dessas resoluções, os núcleos de apoio a

permanências desenvolvidas no IF Goiano, que são encontradas no PDI da instituição, *locus* dessa pesquisa, serão descritos (Figura 2).

De acordo com o PDI, o IF Goiano deve levar em conta o Programa Nacional de Assistência Estudantil, disposto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Federal de 1988 e demais marcos legais. “Sua execução se dará via conjunto de ações que visem à permanência com êxito do estudante na Instituição, sua autonomia, independência e que busque, principalmente, o rompimento da desigualdade social, econômica e cultural no mundo acadêmico” (PDI, 2018, p.216).

Figura 2.

Núcleos e ações de apoio à permanência



Nota. Fonte: PDI (2018).

A Figura 1 apresenta os Programas de Assistência Estudantil, que são conjuntos de ações integradas e complementares que buscam redução das desigualdades socioeconômicas. O IF Goiano, na forma de apoio ou concessão, oferta a seus estudantes, de acordo com os recursos humanos e financeiros de cada *campus*, além dessas, outras ações inerentes à política que não estão contempladas, mas que poderão ser criadas, com observância do limite orçamentário da instituição. De acordo com o PDI (2018), os programas estão distribuídos em quinze ações:

- I. Auxílio transporte; II. Regime de residência; III. Auxílio moradia; IV. Auxílio permanência; V. Auxílio alimentação; VI. Bolsas vinculadas a projetos; VII. Isenção de taxas; VIII. Acessibilidade; IX. Atenção à saúde; X. Acompanhamento psicopedagógico; XI. Atividades culturais, esportivas e de lazer; XII. Participação em intercâmbios e eventos acadêmicos; XIII. Bolsa monitoria; XIV. Seguro estudantil; e XV. Restaurante estudantil. (p.217-218).

Além dessas ações, existem os núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS) em cada *campus*, para dar suporte local às demandas dos que ingressarem na instituição, ou que venham necessitar de acesso aos recursos materiais, humanos, de comunicação e informação, além de apoio financeiro, a fim de oportunizar sua permanência e sucesso escolar/acadêmico como estudante no IF Goiano (PDI, 2018).

A instituição, *locus* dessa pesquisa, apresenta preocupação com o estudante. Portanto, a presença da família é imprescindível, ou seja, ela é vista como coparticipante do desenvolvimento integral dos estudantes. Perante este contexto, de uma forma concisa, é apresentada a síntese dos fatores internos/externos que envolvem os estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes do IF Goiano (Figura 3).

Figura 3.

Fatores que auxiliam na permanência dos estudantes

Fatores Internos	Fatores Externos
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de apoio • Formação de professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho • Relações Familiares
Escolas com infraestrutura qualificada	Relações de Amizade

Os fatores internos são ligados diretamente à instituição de ensino, podendo ser agrupados em três categorias, que compreendem políticas de apoio, formação de professores e infraestrutura escolar. Embora esses fatores internos possam auxiliar na permanência dos estudantes e exerçam influência sobre a conclusão ou o abandono escolar, eles também podem ser associados aos contextos externos dos quais os estudantes fazem parte.

Os fatores externos que podem influenciar nos resultados escolares dos estudantes são aqueles que não estão ligados diretamente à escola, estando organizados em três categorias, compreendendo trabalho e relações familiares e de amizade. Segundo Rumberger e Lim (2008), as relações parentais possibilitam o contato com familiares, amigos e vizinhos, e relações sociais surgem da confiança mútua e dos valores

compartilhados entre os agentes envolvidos. Como supracitado, os fatores internos e externos influenciam na permanência dos estudantes.

Pesquisas conduzidas por Dore e Luscher (2011) sobre a permanência e evasão na Rede Federal destacam os principais contextos de investigação do problema da evasão na perspectiva individual do estudante, que abrange o estudante e suas atitudes perante a vida escolar, a convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar, o nível educacional dos pais e a renda familiar.

MÉTODOS

Na busca por resposta para o problema “Quais são os fatores associados à permanência dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes/concomitantes do IF Goiano?” optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa, com aspectos quantitativos. Os dados coletados foram organizados, categorizados e em seguida analisados por meio da representação de valores com mais frequência, a moda. Tendo como referência os dados coletados, utilizou-se uma análise descritiva das informações coletadas por meio dos questionários.

A pandemia de Covid-19 apresentou uma realidade diferente e com muitos desafios. Entre os desafios, destaca-se a necessidade de promover adaptações nas pesquisas empreendidas. Neste sentido, optou-se por coletar os dados dessa pesquisa por meio de questionários eletrônicos. Os questionários foram elaborados e aplicados pelo *google forms* a partir das informações do Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) do IF Goiano com adaptações a fim de alcançar os objetivos dessa pesquisa.

Os questionários foram validados por cinco professores doutores em educação e atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Após a validação, foi feito um contato com todos os *campi* que compõem o IF Goiano para a aplicação. Inicialmente essa pesquisa seria destinada aos cursos técnicos subsequentes, mas devido à pandemia, houve mudanças nessa modalidade, alguns cursos foram agrupados aos concomitantes em razão da redução do número de estudantes, muitos estudantes evadiram, alguns cursos fecharam, por isso a pesquisa se tornou subsequente e concomitante.

De posse dos contatos, foi iniciado o envio dos convites para participar da pesquisa, explicando seu objetivo e sua importância para a conclusão do mestrado. Foram inúmeros e-mails, 400 envios duas vezes por semana, três meses de insistências, até obtemos um total de 65 acessos, sendo que desses, 57 abriram o Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido (TCLE), mas somente 53 consentiram em participar da pesquisa, quatro não concordaram em participar da pesquisa, oito não tiveram nenhum interesse em participar. Assim, tivemos um número de correspondentes reduzido, de 400 para 53 participantes.

Essa pesquisa foi conduzida somente com estudantes maiores de idade, tendo esta essa informação sido repassada aos coordenadores dos cursos, que enviaram os contatos somente dos estudantes maiores de idade.

Foi utilizada uma análise de estatística descritiva por meio de percentuais e moda, que tem relação com pesquisa descritiva, mas por não ter se aprofundado na pesquisa descritiva, esta pesquisa foi caracterizada como qualitativa com aspectos quantitativos. O software empregado na análise dos dados foi o PaSt, Palaeontological Statistics, que é um software estatístico desenvolvido por Oyvind Hammer e colaboradores, da Universidade de Oslo, tendo sido utilizada a versão 4.03.

A separação dos dados para serem tratados de acordo com o perfil dos participantes, a instituição *locus* da pesquisa, a assistência estudantil e a relação professor/aluno foram uma estratégia metodológica que possibilitou organizar as informações e tornar mais claros a exposição e o entendimento. No entanto, no decorrer da análise, em vários momentos, foi necessário correlacionar essas dimensões para completar a análise de um ponto específico.

Enfim, na consolidação da análise, buscou-se a correlação entre os fatores quantitativos e qualitativos que influenciam na permanência e êxito dos estudantes. Desta forma, foi possível aprofundar as especificidades dos fatores associados à permanência e ao êxito no panorama local. A pesquisa envolveu dados de alunos e, por se tratar de pesquisa com seres humanos, foi necessária a aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Dessa forma, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano, obtendo parecer favorável à sua execução, projeto CAAE 53681221.4.0000.0036.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes da pesquisa têm idade que compreende 13,2% com 23 anos, 58,5% são do sexo masculino, 47,2% têm cor parda, 71,7% são solteiros, 69,8% não têm dependentes e 58,5% exercem alguma atividade profissional remunerada. Assim, pode-se deduzir que eles conciliam estudo e trabalho. A renda familiar de 34% dos participantes

se situa entre 1 e 1/5 salário, o nível de escolaridade dos pais de 34% desses estudantes é o nível médio completo, e 24,5% das mães também concluíram o Ensino Médio.

De acordo com a pesquisa de Lorenzet *et al.* (2021), que analisaram os estudantes ingressantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), pela autodeclaração da raça/cor, 76,7% são brancos, 20,4% são negros e pardos. Quanto ao sexo, 51,8% são do sexo masculino, em relação ao estado civil, 81% são solteiros. No quesito “se exerce atividade remunerada”, 56,6% dos estudantes ingressantes não têm vínculo empregatício e apenas 14% têm filhos. Em relação à escolaridade dos pais ou responsáveis, 27% das mães e 30,4% dos pais têm Ensino Fundamental Incompleto.

Observa-se que os pais ou responsáveis tiveram baixo acesso ao processo de escolarização. Assim, a pesquisa de Lorenzet *et al.* (2021) apresenta pontos que reforçam essa pesquisa e em outras situações apresenta uma realidade diferente dessa pesquisa que estamos desenvolvendo, pois na pesquisa de Lorenzet *et al.* (2021) a raça/cor predominante é a branca, enquanto nesta pesquisa predomina a cor parda. Nessa pesquisa, 58,5% exercem atividade profissional remunerada, na pesquisa de Lorenzet *et al.* (2021), 56,6% dos estudantes ingressantes não têm vínculo empregatício. Outra questão se refere à escolaridade dos pais, em contrapartida, os pais referentes a essa pesquisa concluíram o Ensino Médio, enquanto na pesquisa de Lorenzet *et al.* (2021), os pais têm o Ensino Fundamental Incompleto.

Para Yamaguchi *et al.* (2022), na educação formal dos provedores, é predominantemente o 2º grau ou Ensino Médio completo: 47,54% das mães e 31,14% de dos pais têm ensino médio completo. De acordo com Neri (2009) e Couri (2010), o grau de instrução dos pais, a valorização que dão à educação e as condições socioeconômicas influenciam diretamente no rendimento escolar e na permanência na escola. Segundo Couri (2010), o contexto socioeconômico dos alunos contribui significativamente para o aprendizado. O contexto de vida traz informações importantes para se preparar de maneira adequada para oferecer um ensino de qualidade de forma mais precisa e efetiva.

O perfil do aluno presente nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes do IF Goiano é considerado um público jovem, do sexo masculino, solteiro, pardo, sem dependentes, que exerce atividade profissional, vem de família que ganha até 1 e 1/5 salários-mínimos, não recebe bolsa de estudos e a escolaridade mínima dos pais é o ensino médio completo.

LOCUS DA PESQUISA

Dos cinco *campi* que fazem parte dessa pesquisa, 43,4% dos participantes são do *Campus* Rio Verde. No resultado para a questão que solicita o fator que mais influenciou na sua decisão de estudar no IF Goiano, 45,3% responderam ser um ensino de qualidade, para 35,8%, o que mais o influenciou em procurar um curso técnico no IF Goiano foi se identificar com a área do curso. O sentimento de identidade e da vontade de fazer parte do processo educacional, que os estudantes trazem desde antes do seu ingresso na instituição, fica claro quando eles afirmam que sempre quiseram fazer um curso técnico no IF Goiano. Ainda, de forma complementar, quando eles se identificam com uma área do curso no referido IF, são fatores positivos que consolidam a permanência do aluno na instituição. Segundo Santos *et al.* (2020), a escola é parte da comunidade e, por isso, não poderia se desvincular dos privilégios ou dos problemas produzidos por ela. A escola é, portanto, movida pelos modos de pensar e de se relacionar na sociedade, ao mesmo tempo em que os influencia, contribuindo para suas transformações.

Quando questionados se moravam perto do *Campus* onde estudam, 54,7 % dos discentes responderam que não e 45,3 % disseram que sim. Para Oliveira, F. (2019), o local de moradia dos estudantes influencia na qualidade do acesso e na permanência na escola. Além disso, Oliveira e Oliveira (2019) retratam em sua pesquisa que a maioria dos estudantes evadidos (75%) relata que o desgaste causado pelo tempo e os custos com deslocamento entre a residência e o *campus* prejudicam o aprendizado e desestimulam o estudo. Assim, o acesso ao *campus* foi uma das principais motivações relatadas para a evasão escolar.

Ingressar em um IF representa, para muitos jovens, um grande passo para a preparação técnica para o mundo do trabalho. Assim, vale ressaltar o reconhecimento da importância do papel de uma “instituição federal de educação na vida de adolescentes e jovens na construção de oportunidades, na formação e qualificação técnica e, sobretudo, na formação para a cidadania - a formação humana integral” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2019, p.37).

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

De acordo com Antunes (2018), a assistência estudantil tem como intuito ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação pública federal, sendo desenvolvidas ações nas áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, entre outros. Portanto, na visão de Mészáros (2015), tem como hipótese que a política de

assistência estudantil emitida na contemporaneidade pode agir como uma armação ideológica, podendo obscurecer a realidade por expor como sendo uma ação positiva. Assim, entraremos na visão dos estudantes como são desenvolvidas as ações da Assistência Estudantil no IF Goiano.

Em relação aos aspectos ligados à Assistência Estudantil, foi questionado se os estudantes recebiam alguma bolsa ou auxílio de pesquisa, extensão ou de permanência. Assim, 66% responderam que não recebiam nenhum tipo de bolsa, 58,5% responderam que a inserção no Programa de Assistência Estudantil estimulou sua participação e envolvimento com os estudos, em relação ao fato de receberem algum auxílio financeiro da assistência estudantil, 96,2% responderam que recebem o auxílio moradia.

No quesito recebimento de auxílio estudantil, foi questionado se o recebimento do auxílio estudantil atendeu a suas necessidades e contribuiu para sua permanência no curso, 52,8% responderam que não, portanto, eles foram questionados que se não estivessem inscritos no programa, conseguiriam se manter no curso, 56,6% responderam que não conseguiriam. O Programa de Assistência Estudantil no IF Goiano foi atribuído como importante por 47,2% dos participantes.

Segundo Dutra e Santos (2017), a assistência estudantil deve se firmar como uma política fundamental para garantir não só a permanência nos seus aspectos mais básicos, mas promover uma formação plena e de qualidade aos discentes. Quando questionados como eles ficaram sabendo dos auxílios da Assistência Estudantil, 50,9% responderam que foi através do site do *Campus*. Entretanto, quando foram questionados sobre o que é a Assistência Estudantil, 50,9% responderam que é uma ajuda financeira do IF Goiano. Florestan Fernandes (1989) afirma que não existe estado democrático sem educação democrática, as instituições, principalmente as públicas, têm o dever de acolher prioritariamente aqueles que são de famílias operárias.

A Tabela 1 apresenta os questionamentos sobre os critérios e objetivos da Assistência Estudantil esclarecidos durante o período de inscrição, 58,5% dos participantes responderam que sim, as dúvidas foram esclarecidas. Assim, fica evidente que o IF Goiano tem uma gerência de Assistência Estudantil atuante.

Tabela 1.

Você considera que suas dúvidas sobre os critérios e objetivos da Assistência Estudantil foram esclarecidas durante o período de inscrição

RESPOSTAS	%	% ACUMULADA
Sim, as dúvidas foram esclarecidas	58,5	64,2
As dúvidas foram esclarecidas em parte	13,2	77,4
Não, as dúvidas não foram esclarecidas	13,2	90,6
Outros	9,4	100,0

Questionados sobre o valor aproximado do auxílio mensal, 69,8% responderam que não recebem nenhum valor e 18,9% responderam que recebem R\$250,00. Em seguida, foram questionados sobre o que mudou em sua vida após o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil, 32,1% responderam que melhoraram as notas e os rendimentos acadêmicos e 41,5% não quiseram mencionar o que melhorou. Segundo Julião *et al.* (2022), foi possível verificar que quanto menor o nível de renda familiar, maior tende a ser essa influência positiva da política de assistência estudantil no formato de auxílio permanência (auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio moradia juntamente com auxílio alimentação, auxílio permanência ou outro tipo de auxílio) (Tabela 2).

Tabela 2.

Questionamento em caso de não ter recebido os auxílios estudantis

Respostas ao questionamento	%	% Acumulada
Desistiria do curso	28,3	100,0
Buscaria um emprego e continuaria estudando	18,9	100,0
Continuaria estudando	34,0	100,0
Outros	32,1	-
TOTAL	100,0	-

Em relação a se não tivessem recebido os auxílios estudantis, 34% dos participantes continuariam estudando, enquanto 28,3% desistiriam. Segundo Falco e Oliveira (2021), em suas pesquisas, foi identificado que, do total dos cancelamentos e transferências de matrícula dos estudantes dos cursos analisados, dos 100% dos discentes que evadiram, 72% não recebiam assistência e 28% recebiam. Considerando apenas os alunos que recebem a assistência, o índice de evasão é 14%, ou seja, 86% dos alunos

beneficiados não desistiram do curso. Assim, fica evidente a importância do recebimento da assistência estudantil.

A questão financeira pode ser um agravante para a permanência de muitos jovens e adultos na escola, pois, ao mesmo tempo em que têm convicção de que com os estudos podem buscar novas possibilidades de trabalho e aumentar a sua renda e ajudar seus pais, as dificuldades de se manter neste momento estudando e trabalhando e conciliar os dois são complexas. Para Bourdieu e Champagne (1992/2010), estudantes oriundos de famílias pobres devem se sujeitar a procurar os auxílios dispostos nas instituições, que são recursos que facilitam sua permanência no ambiente educacional.

De acordo com Dutra e Santos (2017), há uma disputa de concepções em torno da assistência estudantil, sendo mais limitada ou mais difícil. E numa perspectiva geral, essa assistência é focada apenas nos estudantes, por serem o público-alvo em situações de dificuldades econômicas. Portanto, num panorama geral, o programa não deve se limitar à elaboração e execução de recursos concedidos apenas à população de baixa renda, mas deve atentar também ao desempenho e ao desenvolvimento psicossocial dos estudantes.

RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Com relação aos professores e alunos, as dificuldades encontradas concernentes à sua permanência no curso e/ou à interferência no processo de ensino aprendizagem, 41,5% dos participantes responderam que há influência dos meios de transportes para ir ao campus, 56,6% consideram que as exigências de pré-requisitos são responsáveis por suas dificuldades nos estudos. Questionados sobre o que poderia influenciar na sua desistência do curso, e resultados (Tabela 3).

Tabela 3.

O que poderia influenciar na sua desistência do curso

RESPOSTAS	%
Falta de apoio financeiro familiar	43,4
Problemas familiares e/ou pessoais	39,6
Falta de oportunidades de trabalho na área de formação	37,7
Salário desestimulante na área de formação	37,7
Falta de identificação com o curso	47,2
Falta de apoio financeiro do IF Goiano	49,1
Falta de acompanhamento e incentivo nos estudos pela família	54,7
Dificuldade de acesso à internet e computador	49,1
Metodologia utilizada pelos professores nas aulas	30,2

A Tabela 3 mostra que um dos fatores que influenciam a desistência do curso é a falta de acompanhamento e de incentivo nos estudos pela família, com 54,7% das respostas. Assim, não se pode deixar de mencionar a importância do acompanhamento familiar, pois a família e a escola, de acordo com Lahire (1997), devem ter uma relação de interdependência no acompanhamento e no apoio ao estudante. A falta de incentivo da família e da escola reforça a ideia de o estudante se decidir pela evasão (SILVA e ARAÚJO, 2017). Assim, além da falta de acompanhamento e incentivo nos estudos pela família, essa tabela nos remete a vários fatores que influenciam na desistência dos cursos, 49,1% relataram falta de apoio financeiro do IF Goiano e dificuldade de acesso à internet e computador, pois esse relato é devido a essa pesquisa ser desenvolvida no período pandêmico, 47,2% relacionam ser causado por não ter nenhuma identificação com o curso, 43,4% por falta de apoio familiar, ainda em ambiente familiar, 39,6% relataram ter problemas familiares e/ou pessoais, 37,7% relataram falta de oportunidades de trabalho e salário desestimulante na área de formação. Além desses fatores, há os relacionados ao acompanhamento e às metodologias usadas pelos docentes, sendo que 32,1% relataram falta de acompanhamento e/ou apoio pedagógico dos professores e 30,2%, metodologia utilizada pelos professores nas aulas.

Na questão relacionada à preocupação dos professores com os alunos do curso, 45,3% dos participantes responderam que sim, todos os professores incentivam, costumam dar aulas interessantes e trazem propostas diferentes. E quando questionados como os professores tratam as experiências de vida e profissão dos alunos nos temas das aulas, 41,5% responderam que eles consideram sempre que todos os professores relacionam nossas experiências de vida, 28,3% responderam que consideram quase sempre. Ainda, em relação a se a maioria faz uso das nossas experiências de vida para abordar conteúdo, 18,9% consideram que às vezes. Alguns professores sabem o que fazemos e usam nossas experiências de vida para ajudar a compreender o conteúdo, 5,7% quase nunca consideram. A minoria relaciona nossas experiências de vida com o conteúdo ministrado, enquanto 1,9% não consideram nunca. Eles não se interessam pelas nossas experiências.

Segundo Nunes e Santos (2020), o professor, no contexto educacional, desempenha a função de mediador do ensino e da aprendizagem, logo, seu papel é de

fundamental importância para o bom desempenho do aluno, uma vez que sua atuação, por meio de práticas educativas inovadoras, “pode despertar no aluno o interesse, a curiosidade e o desejo de aprender de forma significativa” (DAMASCENO e NEGREIROS, 2018, p.86), promovendo, assim, a permanência dos alunos no Instituto. Para Arroyo (2004), a formação de um professor é vital, pois terá um olhar sensível para os estudantes, visto que, a partir de suas práticas, concepções e planejamentos de aula, os alunos podem aprender mais, ter uma expectativa de usar novas metodologias, estudar com o coletivo ou usar novas didáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar os fatores associados à permanência dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes no IF Goiano. O estudo comprovou que as proposições levantadas no início deste estudo de que: um dos fatores que influenciam a permanência do estudante do curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano é a assistência estudantil; o gênero do estudante influencia na sua permanência no curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano; e, que as motivações dos professores influenciam a permanência do estudante do curso técnico subsequente/concomitante do IF Goiano.

A Assistência Estudantil é um dos fatores que influenciam na permanência dos estudantes nos estudos, pois foi comprovada garantidamente sua importância, estimulando a participação e o envolvimento nos estudos. Em relação a fato de receber algum auxílio, foi comprovado o recebimento de auxílio moradia, visto que o recebimento de algum auxílio faz a diferença na vida acadêmica dos estudantes. Que o Instituto Federal Goiano continue fazendo esse trabalho de apresentação dos auxílios no *site*, pois foi a partir dele que os estudantes ficaram sabendo dos auxílios que estavam sendo disponibilizados. Além disso, ficou evidente que o IF Goiano tem uma gerência de Assistência Estudantil atuante, tendo em vista que foram esclarecidos durante o período de inscrição todos os critérios e objetivos da Assistência Estudantil.

Este trabalho mostra que o gênero do estudante pode ter influência em sua permanência nos estudos. Além do mais, foi comprovado que o perfil dos estudantes desta pesquisa compreende jovens solteiros, pardos, sem dependentes, que exercem atividade profissional, vêm de famílias que ganham entre 1 e 1/5 salários-mínimos, não recebem bolsa de estudos, com pais com escolaridade mínima de ensino médio.

Assim, fica comprovado que as motivações dos professores influenciam a permanência dos estudantes, pois os professores incentivam, dão aulas interessantes, trazendo propostas diferentes, utilizando metodologias interessantes no intuito de chamar a atenção dos estudantes, além disso, eles aproveitam as experiências de vida e profissional dos estudantes nos temas das aulas.

A proposição de que os estudantes que não trabalham têm mais chances de permanecer nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes, não foi comprovada, pois 58,5% dos participantes têm atividade profissional remunerada e que 66,0% não receberam nenhum tipo de bolsa. Enfim, os estudos demonstraram que os estudantes sentem falta de acompanhamento e incentivo nos estudos pelas famílias.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A principal limitação da pesquisa se deve à pandemia, pois muitos cursos foram trancados e tiveram redução no número de alunos. Inicialmente essa pesquisa seria nos cursos técnicos subsequentes, no entanto, no decorrer da pesquisa, ela foi ampliada aos concomitantes. Em razão dos problemas pandêmicos, os cursos tiveram que se unir pela redução do número de estudantes. Portanto, a segunda limitação prende-se ao local da aplicação do instrumento de avaliação, ou seja, o fato de seu preenchimento ter ocorrido on-line. Dessa forma, dificultou a obtenção de uma amostra suficiente para a realização de análise inferencial. Devido a problemas que surgiram com alguns participantes, o número da amostra foi consideravelmente diminuído. Estes fatores contribuíram para limitações do estudo e certamente que uma amostra maior e representativa da população permitiria uma maior validade externa.

AGENDA PARA FUTURAS PESQUISAS

Como sugestões para futuras pesquisas e para contribuir com o avanço dos estudos sobre os fatores associados à permanência e êxito nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes, propomos que o estudo seja replicado em outras organizações que ofertam cursos técnicos. Sugerimos coleta de amostras maiores e o uso de estatística inferencial para aprofundar na busca por respostas que possam fornecer subsídios para políticas públicas que visam à permanência e êxito dos alunos.

REFERÊNCIAS

Abreu, E. M. C. de. (2012). *A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação* [The student assistance in the context of the expansion of

- professional and technical education in Maranhão: evaluation of the implementation process]. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Maranhão]. Digital Library of Theses and Dissertations – TEDE, Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações. <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/853>
- Akgunduz, D. (2016, 20 de março). A research about the placement of the top thousand students in STEM fields in Turkey between 2000 and 2014. *Eurasia Journal of Mathematics Science and Technology Education* 12(5), 1365-1377. <https://www.ejmste.com/article/a-research-about-the-placement-of-the-top-thousand-students-placed-in-stem-fields-in-turkey-between-4548>
- Almeida, A. P. de (2019). *Os movimentos dos cursos técnicos subsequentes sobre os sentidos do trabalho: a (des)alienação dos trabalhadores-estudantes* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD UFSM). <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19226>
- Almeida, A. P., & Maraschin, M. S. (2020). A política dos cursos técnicos subsequentes na produção dos sentidos do trabalho: a (des)alienação do trabalhador-estudante. In Maraschin, M. S., Andrighetto, M. J., Almeida, A. P. de, & Ferreira, L. S. (Orgs.), *Políticas na educação profissional: historicidade e realidades*. CRV 260p.
- Antunes, E. D. (2018). *Assistência Estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação* [Student assistance in Federal Institutes: from policy to implementation] [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP]. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.15934.54087>
- Araújo, G. C. de (2010). Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. *Revista Retratos da Escola* 4(7), 231-243. <https://doi.org/10.22420/rde.v4i7.83>
- Araújo, R. M. de L. (2019). Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. 2019. *Cadernos De Pesquisa* 26(4), 107-122. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n4p107-122>
- Arroyo, M. G. (2004). *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 8a ed. Vozes.
- Assis, M. F. de (2017). *A permanência e o êxito escolar dos estudantes: um estudo de caso do curso técnico em enfermagem da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa]. Repositório Institucional da UFPB BDTD - UFPB UFPB - Campus I - João Pessoa. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8905>
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção*. Edusp.
- Bourdieu, P., & Champagne, P. (2010). Os excluídos do interior. In Nogueira, M. A., & Catani, A. (Orgs.). *Escritos de Educação* (11a ed., pp. 217-227). Vozes. (Trabalho original publicado em 1992).
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (2012). *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Vozes.
- BRASIL/ME/SETEC (2008, junho). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. IF Sudeste. PDE. *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais*. <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/concepcao-e-diretrizes-dos-institutos-federais.pdf/view>
- Brzezinski, I. (2013, maio/agosto). Princípios da Carta de Goiânia/IVCBE na Constituição Federal “cidadã” (CF/1988): participação da sociedade civil nas

- políticas educacionais. *RBPAAE-29(2)*, 223-241.
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/43521/27391>
- Caires, V. G., & Oliveira, M. A. M. (2016). *Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024*. Vozes.
- Castel, R. (2009). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. (8a ed., I. D. Poleti Tradutor). Vozes.
- Castro, C. de M. (1997). O secundário: esquecido em um desvão do ensino. Ministério da Educação e Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, *Série Documental, Textos para Discussão, Arquivos* (2)1-16.
<http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3775/3505>
- Ciavatta, M. (2005). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In Frigotto, G., Ciavatta, M., Ramos, M., Ferreira, E. B. F., Garcia, S. R. de O., & Corrêa, V. (Orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. Cortez.
- Coelho, M. L. (2001, julho/dezembro). A formação continuada de professores universitários em ambientes virtuais de aprendizagem: evasão e permanência. *Revista Trabalho & Educação*, 9, 180-180.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9041>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Emenda Constitucional nº 106, de 2020: Emenda Constitucional nº 107, de 2020. (*Publicação original D.O.U. 5 out 1988*).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Couri, C. (2010, setembro/dezembro). Nível socioeconômico e cor/raça em pesquisas sobre efeito-escola. *Est. Aval. Educ.* 21(47), 449-472. <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1603/1603.pdf>
- Damasceno, M. A., & Negreiros, F. (2018). Professores, fracasso e sucesso escolar: um estudo no contexto educacional brasileiro [Teachers, Failure and School Success: A Study in the Brazilian Educational Context]. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(1), 73-89. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2572>
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *D.O.U. de 26.7.2004*
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
- Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. *Diário Oficial - 26/9/1909, p. 6975 (Publicação Original)*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Dias, R. K., & Folgado, R. M. (2019). O fenômeno da evasão no Campus São João del-Rei. In Carvalho, G. F. da S., Dias, R. K., & Silva, R. J. da (Orgs.) *A tensa relação entre o trabalho e o estudo no Brasil: os desafios enfrentados pelos estudantes do ensino técnico e superior noturno* (Capítulo 3, pp.80-97). IF Sudeste MG-Campus São João Del-Rei. EDIPET - Grupo de Pesquisa em Estratégias Didático-Pedagógicas voltadas ao Estudante-Trabalhador.
<https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/institucional/pesquisa/publicacoes/outras-publicacoes/a-tensa-relacao-entre-o-trabalho-e-o-estudo-no-brasil-os-desafios-enfrentados-pelos-estudantes-do-ensino-tecnico-e-superior-noturno.pdf/view>

- Dore, R., & Lüscher, A. Z. (2011, setembro/dezembro). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de pesquisa*, 41(44), 770-789, <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>
- Dutra, N. G. dos R., & Santos, M. de F. de S. (2017, janeiro-março). Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio* 25(94), 48-181. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvbw/abstract/?lang=pt>
- Falco, B. S. B., & Oliveira, I. C. das C. (2021). A Política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes. *Cadernos Cajuína* 6(3), 176-190. <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.500>
<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/500>
- Favero, R. V. M., & Franco, S. R. K. (2006, dezembro). Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. *Revista Novas Tecnologias na Educação* 4(2), ed. regular. <https://doi.org/10.22456/1679-1916.14295>
- Fernandes, F. (1989). *O desafio educacional*. Cortez & Editores Associados.
- Ferreira, E. B. (2012). O Proeja e o direito à formação integrada: limites, avanços e possibilidades de implantação. In Oliveira, E. C. de, Pinto, A. H., Ferreira, M. J. de R. *Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja*. Líber Livro.
- Frigotto, G. (2007, out.). A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Edu. Soc.* 28(100), 1129-1152, ed. especial. <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Frigotto, G. (2010). *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio*. In Gaudêncio, F., Maria C., & Marise R. (Orgs.), 2a ed., Cortez.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (Orgs.) (2005). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. Cortez.
- Galasso, B. J. B., & Santos, D. V. dos (2021, fevereiro). Trajetória da educação inclusiva no ensino médio integrado da rede federal: fatores de evasão e permanência [Trajectory of inclusive education in high school integrated federal network: factors of evasion and permanence]. *Revista Pedagógica* 23, 1-20. <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.6069>
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6069>
- Julião, C. R. F., Pereira, L. I., & Ferreira, M. A. M. (2022, janeiro). O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL* 15(1), 203-225. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/84021>
- Kuenzer, A. Z. (Org.) (2002). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3a ed. Cortez.
- Lahire, B. (1997). *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*. Ática.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *D.O.U. de 23.12.1996*, p. 27833. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, e dá outras providências. *DOU de 30.12.2008*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm
- Lorenzet, D., Santos, A. I. dos, Balbinot, N. P., & Demichei, N. A. (2021). Características socioeconômicas e educacionais do estudante ingressante ao IFRS em 2019.

- Cadernos Cajuína* 6(3), 145-160. 10.52641/cadcaj.v6i3.498
<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/498>
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Lüscher, A. Z., & Dore, R. (2011, dezembro). Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *Educação Básica: Políticas Públicas e Diversidade Cultural/ RBPG* 8(supl.1)(1), 176. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2011.v8.244> <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/244>
- Manfredi, S. M. (2002). *Educação profissional no Brasil*. Cortez.
- Mendes, S. R. (2003, setembro). Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior. *Trab. educ. saúde* 1(2), 267-287. 10.1590/S1981-77462003000200006
<https://www.scielo.br/j/tes/a/K9Ngy4zbCNkvhkrfFKMhNFJ/abstract/?lang=pt>
- Mészáros, I. (2007, dezembro). *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XX* (Cotrim, A. & Cotrim, V. Trad.) Boitempo.
- Mészáros, I. (2008) O desafio e o fardo do tempo histórico. *Revista Política & Sociedade* 7(13), 17-33. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p17>
- Mészáros, I. (2015). *A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado*. Boitempo.
- Moraes, M. L. Q. de (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Dossiê Crítica Marxista* 1(11) 89-97. Encontro 9. chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346006/mod_resource/content/0/Encontro%209%20-%20MORAES.%20Marxismo%20e%20feminismo.pdf
- Moura, D. H. (2007). Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Revista Holos* 2(23), 4-30. 10.15628/holos.2007.11
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>
- Moura, D. H. (2010, setembro). A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação [The relation between vocational education and basic education in 2010 CONAE: possibilities and limits to construct the new National Plan for Education]. *Educação e Sociedade* 31(112), 875-894. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300012>
<https://www.scielo.br/j/es/a/zRWnn5dMVQmLp6BcQvCPkyC/abstract/?lang=pt>
- Neri, M. C. (2009). *Tempo de permanência na escola*. FGV/IBRE, CPS.
- Noro, M. M. C. (2011). *Gestão de processos pedagógicos no PROEJA: razão de acesso e permanência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME, repositório digital, Theses and Dissertations. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36311>
- Nunes, M. S. C., & Santos, F. de O. (2020). Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. *Perspectivas em Ciência da Informação* 25(2), 3-28. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116>
- Oliveira, F. N. C. de (2019). *O curso integrado em Agropecuária do IFAM Campus Maués e a formação humana integral: desafios e perspectivas de um campus do interior do estado do Amazonas*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Federal do Amazonas]. PROFEPT – Dissertações. <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/376>
- Oliveira, R. E. de., & Oliveira, V. de P. S. de (2019, setembro/dezembro). Evasão escolar

- no Campus Arraial do Cabo-IFRJ: a influência das dimensões socioeconômica e acadêmica. *Revista Vértices* 21(3), 379-405. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v21n32019p379-405>
<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/13798>
- Pacheco, E. M., Pereira, L. A. C., Domingos Sobrinho, M. (2010, janeiro/junho). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. *Revista Linhas Críticas* 16(30), p.71-88. <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.356>
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>
- PDI (2018). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)* Instituto Federal Goiano. IF Goiano. https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf
- Perrenoud, P. (1995). *O ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto Editora.
- PNP (2023). *Plataforma Nilo Peçanha (Brasil) – PNP 2023 (Ano Base 2022)*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>
- Ramos, M. N. (2014). Conceitos para a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana. Ramos. *História e Política da Educação Profissional* (Capítulo IV, pp.84-95). IFPR-EAD. (Coleção Formação Pedagógica 5). <https://docplayer.com.br/72492817-Historia-e-politica-da-educacao-profissional.html>
- Reis, D. B. & Tenório, R. M. (2009). Cotas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior. In Tenório, R. M., & Vieira, M. A. (Orgs.). *Avaliação e Sociedade: a negociação como caminho* (pp.45-66). EDUFBA. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/112/4/Avaliacao%20e%20Sociedade.pdf>
- Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação – CNE. *Publicação: 20/09/2012. Atualizado 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.* chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf
- Ribeiro, E. M. (2020). *Guia educacional sobre os fatores de permanência e êxito dos alunos egressos da rede pública do ensino fundamental no ensino médio integrado do IFSC-Campus Florianópolis*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional – Teses e Dissertações. <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1788>
- Rumberger, R. W., & Lim, S. A. (2008, October). *Why students drop out of school: A review of 25 years of research*. California Dropout Research Project Report #15. University of California. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.issuelab.org/resources/11658/11658.pdf>
- Santiviago, C. (comp.) (2018). *Las tutorías entre pares como estrategia de apoyo y herramienta de transformación de la educación superior: la experiencia del programa de respaldo al aprendizaje*. - Montevideo: *Comisión Sectorial de Enseñanza*, (Temas de Enseñanza: nº 5/Comisión Sectorial de Enseñanza). <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cse.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2018/12/Las-tutori%CC%81as-entre-pares-TEP-Progressa-Imprenta.pdf>
- Santiviago, C., DeLeón, F., Rubio, V., & Couchet, M. (2017, 31 de dezembro). La permanencia de los estudiantes, un desafío para la universidad. *InterCambios*.

- Dilemas Y Transiciones De La Educación Superior* 4(2), 28-35. <https://ojs.intercambios.cse.udelar.edu.uy/index.php/ic/article/view/128>
- Santos, E. F., Santos, I. F., & Nery, M. A. A. M. (2020). Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. *Educação: Teoria e Prática* 30(63), 1-17. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13561>
- Santos, B. de S. (2001, janeiro/junho). Para uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Contexto Internacional* 23(1), 7-34. <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=145&sid=31>
- Saviani, D. (2007, janeiro/abril). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* 12 (34). [chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcgleclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf)
- Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995, julho/dezembro). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & Realidade* 20(2), 71-99.
- Scremin, S. M. B. (2008). *Evasão-permanência em uma instituição total de ensino técnico: múltiplos olhares*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional, Teses e Dissertações - UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91915>
- Silva, L. C. da, & Marques, M. R. A. (2013, maio/agosto). A inclusão social e educacional nos 25 anos da aprovação da Constituição Federal de 1988. *RBPAAE, Arquivos* 29(2), 347-365. <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/43528>
- Silva, M. J. D. da Jr. (2016). Técnico subsequente: uma análise sobre o papel atual e perspectivas futuras na região RIDE. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). BDTD. <http://dx.doi.org/10.26512/2016.01.D.19756> <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19756>
- Silva, R. B., Fº. & Araújo, R, M, de L. (2017, janeiro/junho). Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências [Dropout and abandonment of school in Brazil:factors, causes and possible consequences]. *Educação Por Escrito* 8(1), 35-48. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>
- Silveira, R. B. (2017). *O programa permanência e êxito no instituto federal farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Manancial, Repositório Digital da UFSM. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD UFSM). <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13636>
- Stănică, N. (2019, June). The School and the Community towards the Prevention and Reduction of School Dropout. *International Conference Knowledge-Based Organization* 25(2) 355-360. <https://doi.org/10.2478/kbo-2019-0106>
- Stolf, F. (2014). *Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise inicial do Programa Bolsa Estudantil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional, UFSC – Teses e Dissertações. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130972>
- TCU (2013). Auditoria operacional Fiscalização de orientação centralizada. Rede Federal de Educação Profissional. Brasília.
- Teixeira, L. de G. A. (2016). *Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal Goiano-Campus Urutaí: um olhar de gênero*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. TEDE – Sistema de Publicação

- Eletrônica de Teses e Dissertações, PUC Goiás.
<https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/741>
- Vasconcellos, C. dos S. (2002). *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico, elementos metodológicos para elaboração e realização*. 10a ed. Libertad, 2002. (Trabalho original publicado em 1956).
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/vasconcellos_planejamento2.pdf
- Yamaguchi, H. K. de L., Santos, A. A. M. dos, & Barbosa, M. J. de S. (2022). Permanência e Êxito: as percepções dos alunos da educação profissional de nível médio no interior do Amazonas [Permanence and Success: the perceptions of professional education students in the county of the Amazonas]. *Revista Cocar* 16(34). <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5139>
- Zukowski, N. B. S. (2013). Estudo comparativo entre o ensino médio integrado e o técnico subsequente no IFTO-Campus Palmas: formação, empregabilidade, satisfação. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16743>